



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2021/TCMPA, de 10 de fevereiro de 2021.

EMENTA: *Dispõe sobre os procedimentos de fiscalização nos Municípios do Estado do Pará, relacionados à transição de gestão (2020-2021) e de manutenção de débitos remuneratórios com os servidores públicos municipais, vinculados ao exercício de 2020.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da [Lei Complementar n.º 109](#), de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno ([Ato 23](#)), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo TCM PA, previstas junto à [Instrução Normativa nº 16/2020/TCMPA](#), de 11/11/2020, a qual parametriza e estabelece forma e prazo para a transição de gestão/governo, entre os Chefes dos Poderes Públicos Municipais no Estado do Pará;

CONSIDERANDO que dentre as diretrizes estabelecidas, junto à [IN n.º 16/2020/TCMPA](#), consta a obrigatoria prestação de informações, entre gestores sucedidos e sucessores, relacionadas ao quadro de pessoal e de seus respectivos pagamentos até o término do exercício de 2020;

CONSIDERANDO as regras fixadas em último ano de gestão relacionadas a inscrição de restos a pagar e empenho de despesas relacionadas ao exercício financeiro em questão, para além da necessidade de manutenção de disponibilidade de saldos para quitação dos mesmos débitos, na forma da [Lei Complementar nº 101/2000](#) e [Lei Federal nº 4.320/1964](#);

CONSIDERANDO os fatos noticiados pelos canais de imprensa do Estado do Pará, o qual reportam a existência de diversos municípios que permanecem com débitos, junto aos seus servidores, em especial na área da educação, relacionados às competências de dezembro e 13º salário de 2020;

CONSIDERANDO, por fim, o poder normativo conferido ao TCM PA, nos termos do art. 2º, inciso II, da LC nº 109/2016, para expedir atos e instruções acerca de matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;



RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do TCM-PA, a realização de procedimentos de fiscalização nos Municípios do Estado do Pará, relacionados à transição de gestão (2020-2021) e de manutenção de débitos remuneratórios e/ou previdenciários com os servidores públicos municipais, vinculados ao exercício de 2020.

Art. 2º. As informações exigíveis dos entes jurisdicionados serão prestadas nos termos do questionário constante do ANEXO ÚNICO, desta Instrução Normativa, cuja responsabilidade pela fidelidade e veracidade das informações prestadas recai ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Os Prefeitos Municipais serão notificados quanto às informações estabelecidas no questionário disposto no ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, exclusivamente, por publicação conjunta junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, **para manifestação no link da comunicação, durante os dias 15 a 19 de fevereiro de 2021.**

§ 1º. Ao final do preenchimento do questionário disposto no caput deste artigo, os Prefeitos Municipais deverão realizar o download do arquivo para encaminhamento, por intermédio de ofício dirigido ao TCM-PA, via e-mail (protocolo@tcm.pa.gov.br), devidamente assinados, digitalmente, pela autoridade, no mesmo prazo fixado no caput, deste artigo.

§ 2º. A publicação do questionário constante do ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA e a correlata publicação das Notificações, prevista para o dia **12/02/2021**, já assegura aos Prefeitos Municipais a oportunidade de deflagração dos procedimentos administrativos internos, destinados ao levantamento das informações necessárias ao atendimento da determinação do TCM-PA.

Art. 4º. Os dados recebidos serão submetidos à Coordenação de Fiscalização Especializada em Pessoal e Previdência Social, vinculada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, para fins de tabulação e emissão de Nota Técnica e/ou relatórios a serem disponibilizados, preliminarmente, ao Colegiado do TCM/PA, objetivando, ato contínuo, a sua publicação e compartilhamento com as Câmaras Municipais, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e Ministério Público Estadual.

Parágrafo único. O TCM-PA poderá divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Instrução Normativa, que tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.



Art. 5º. O encaminhamento das informações, na forma e prazo estabelecidos nesta Instrução Normativa e junto ao respectivo Edital de Notificação, é obrigatório a todos os Prefeitos Municipais, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCMPA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas do exercício de 2021, na forma da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno (Ato 23).

Art. 6º. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas nesta Instrução Normativa, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC n.º 109/2016 c/c art. 698, inciso II, alíneas “a” e “b” e inciso III, alínea “a” do Regimento Interno do TCMPA (Ato 23).

Art. 7º. A prestação de informações falsas, com inconsistências de dados ou, ainda, com outras irregularidades, que venham a ser detectadas após análise dos achados de auditoria, com cruzamento de outros bancos de dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará e Ministério Público Federal para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCMPA.

Art. 8º. Os Prefeitos Municipais serão notificados quanto aos eventuais achados de auditoria e/ou recomendações consignadas pelo TCMPA, fixando-se prazo, no mínimo, de 05 (cinco) dias para apresentação de informações quanto às providências adotadas, com vistas a normalização das ações esperadas do Executivo Municipal.

Art. 9º. As manifestações encaminhadas ao TCMPA, nos termos do art. 8º, serão recepcionadas pela Coordenação de Fiscalização Especializada de Pessoal e Previdência Social com o objetivo de consolidação de relatórios de acompanhamento, seguindo-se, ato contínuo, à Presidência e aos respectivos Conselheiros-Relatores, para fins de análise e adoção de demais providências de alçada.

Art. 10. Por intermédio da publicação da presente Instrução Normativa, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, ficam cientificados todos os ordenadores de despesa e respectivos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, das obrigações, formas, prazos para prestação de informações ao TCM/PA, bem como das sanções decorrentes de sua inobservância.

Art. 11. O encaminhamento digital/eletrônico das informações detalhadas nesta Instrução Normativa não desobriga a unidade jurisdicionada de manter devidamente arquivados, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes relativos aos seus atos e que subsidiem a veracidade das informações declaradas, podendo o Conselheiro-Relator, a seu critério ou mediante provocação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.



Art. 12. O envio de dados, nos termos desta Instrução Normativa, não restringe a competência do Tribunal para examinar, por meio de outras espécies de fiscalização, a legalidade e a veracidade dos documentos e informações relativas às ações vinculadas ao atendimento da educação pública municipal.

Art. 13. Fica delegada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo do TCM PA - DIPLAMFCE, na forma da [Resolução Administrativa n.º 01/2021/TCMPA](#), a competência para expedição de notificações e/ou outras comunicações aos Prefeitos Municipais e/ou responsáveis pelos Controles Internos do Executivo Municipal, objetivando o específico e exclusivo cumprimento das disposições estabelecidas por esta Instrução Normativa.

Art. 14. A Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, com o auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, deverá adotar todas as providências necessárias ao desenvolvimento das atividades fixadas nesta Instrução Normativa, objetivando a concomitância executiva, junto aos Poderes Públicos Municipais.

Art. 15. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 10 de fevereiro de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Presidente

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro/Vice-Presidente

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheira/Corregedor

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

SÉRGIO FRANCO DANTAS
Conselheiro Substituto

ADRIANA CRISTINA DIAS OLIVEIRA
Conselheira Substituta



ANEXO ÚNICO

QUESTIONÁRIO PARA DIAGNÓSTICO DA TRANSIÇÃO DE GESTÃO/GOVERNO E DE MANUTENÇÃO DE DÉBITOS REMUNERATÓRIOS COM SERVIDORES MUNICIPAIS NO EXERCÍCIO DE 2020

1. Na avaliação do Prefeito(a) Municipal e de sua equipe de governo, o processo de transição de gestão/governo (2020/2021), prevista nos termos da IN n.º 16/2020/TCMPA, ocorreu:

- ☐ De maneira integral, observados todos os termos e prazos estabelecidos pelo TCMPA, com o repasse de todas as informações e documentos previstos na IN n.º 16/2020/TCMPA.
- ☐ De maneira parcial, com o repasse das principais informações e documentos previstos na IN n.º 16/2020/TCMPA.
- ☐ De maneira insatisfatória, não havendo o repasse das principais informações e documentos previstos na IN n.º 16/2020/TCMPA, que trouxeram prejuízos e entraves a atual gestão municipal.
- ☐ Não houve transição de gestão/governo.
- ☐ Não se aplica, por se tratar de Prefeito(a) reeleito(a).

2. Dentre as informações prestadas pela gestão anterior (2020), foram encaminhados documentos e/ou arquivos eletrônicos relacionados aos quadros de pessoal (efetivos, comissionados e temporários) do município até dezembro de 2020:

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não se aplica, por se tratar de Prefeito(a) reeleito(a).

3. Dentre as informações prestadas pela gestão anterior (2020), foram disponibilizados documentos e/ou arquivos eletrônicos relacionados à folha de pagamento de pessoal de novembro, dezembro e/ou 13º salário de 2020?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não se aplica, por se tratar de Prefeito(a) reeleito(a).

4. Nas ocorrências de irregularidades relacionadas à transição de gestão/governo e/ou com a manutenção de débitos relacionados a remuneração de pessoal de 2020, o atual Prefeito Municipal adotou quais das possíveis providências?

- ☐ Representou os fatos junto ao Ministério Público Estadual.
- ☐ Representou os fatos junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
- ☐ Outras providências judiciais.
- ☐ Não adotou providências.
- ☐ Não se aplica, por se tratar de Prefeito(a) reeleito(a).

5. O Poder Executivo Municipal possui débitos com remuneração de pessoal relacionados ao exercício financeiro de 2020?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.



6. Existem débitos com a remuneração de pessoal vinculados à área da saúde?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não existem débitos relacionados ao exercício de 2020.

7. Existem débitos com remuneração de pessoal vinculado à área da educação, custeados com recursos do FUNDEB, nos termos da Lei Federal n.º 11.494/07?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não existem débitos relacionados ao exercício de 2020.

8. A atual gestão municipal recebeu alguma ordem judicial determinado a realização de pagamentos de despesas com pessoal relacionadas ao exercício financeiro de 2020?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não se aplica por inexistirem débitos referentes ao exercício de 2020.

9. Os débitos com o pagamento da remuneração de servidores do exercício de 2020 alcançam:

- ☐ A remuneração correspondente ao mês de dezembro de 2020.
- ☐ A remuneração correspondente ao 13º salário de 2020.
- ☐ A remuneração correspondente ao mês de dezembro e 13º salário de 2020.
- ☐ Outros meses, além de dezembro, especifique os meses: _____;
- ☐ Não existem débitos relacionados ao exercício de 2020.

10. No caso de manutenção de débitos relacionados ao exercício de 2020, a anterior gestão adotou as providências de empenho dos mesmos, na forma da Lei Federal n.º 4.320/1964?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não existem débitos relacionados ao exercício de 2020.

11. No caso de manutenção de débitos relacionados ao exercício de 2020, a anterior gestão adotou as providências de inscrição em restos a pagar dos mesmos, na forma da Lei Federal n.º 4.320/1964?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não existem débitos relacionados ao exercício de 2020.

12. No caso de manutenção de débitos relacionados ao exercício de 2020, a anterior gestão assegurou a manutenção de disponibilidades financeiras, na forma da Lei Complementar n.º 101/2000?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não existem débitos relacionados ao exercício de 2020.



13. No caso de manutenção de débitos relacionados à remuneração de pessoal do exercício de 2020, quais as providências adotadas pela atual gestão municipal?

- ☐ Efetuou o pagamento integral dos débitos, com recursos deixados pela gestão anterior.
- ☐ Efetuou o pagamento integral dos débitos, com recursos do exercício de 2021.
- ☐ Não quitou os débitos existentes, por ausência de informações e documentos que balizem as despesas.
- ☐ Não quitou os débitos existentes, por ausência de disponibilidades financeiras.
- ☐ Não quitou os débitos existentes, por ausência de informações e documentos que balizem as despesas, bem como por ausência de disponibilidades financeiras.
- ☐ Não se aplica por inexistirem débitos referentes ao exercício de 2020.

14. A atual gestão municipal, identificando a existência de débitos relacionados à remuneração de pessoal do exercício financeiro de 2020 e a parcial disponibilidade financeira atual, adotou quais providências?

- ☐ Parcelamento da dívida;
- ☐ Iniciou, formalmente, processo de negociação com a categoria.
- ☐ Não adotou providências.
- ☐ Não se aplica por inexistirem débitos referentes ao exercício de 2020.

15. A atual gestão municipal identificou a realização de termos de confissão e/ou parcelamento de débitos previdenciários nos últimos 180 (cento e oitenta) dias de 2020, realizados pelo Ex-Prefeito Municipal?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.
- ☐ Não se aplica, por se tratar de Prefeito(a) reeleito(a).

16. Em caso de resposta SIM, ao item 15, informar, com base nos dados atualmente disponíveis ao Executivo Municipal:

Montante global do débito previdenciário: _____

Número de parcelas mensais: _____

Valor da parcela mensal: _____

17. A atual gestão municipal identificou a realização de bloqueio no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), vinculado a débitos previdenciários reconhecidos e/ou parcelados pelo ex-Prefeito Municipal?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.

18. A atual gestão municipal identificou ausência de repasse de recursos retidos da folha de pagamento referentes à empréstimos consignados, plano de saúde, dentre outros?

- ☐ SIM.
- ☐ NÃO.

19. Descreva aqui os demais pontos relevantes sobre o tema que porventura não foram explicitados nos itens anteriores: _____